



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

## GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.053458/2023-37

Teresina-PI, 26 de setembro de 2024

**TERMO DE REFERÊNCIA****• INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

- **Setor de Planejamento:** Gerência de Planejamento da Contratação - GEP / Responsável: Leovídio Bezerra Lima Neto.
- **Setor Requisitante:** Gerência de Material e Patrimônio - GMAP / Responsável: Tercyana Norberta de Moura
- **Setor Administrativo:** Unidade Administrativa - UNAD / Responsável: Maderson Amorim Dantas da Silva

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O presente documento tem por objeto a realização de **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma Eletrônica, para **contratação futura e eventual de empresa especializada em serviço gráfico para produção e fornecimento de placas de tombamento destinadas à identificação e controle dos bens móveis pertencentes à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas neste termo. O procedimento será conduzido em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual nº 21.872/2023, e o Decreto Estadual nº 21.938/2023.

1.2. O objeto cuja licitação ora se solicita possui natureza de **serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 181 do Decreto Estadual nº 21.872/23.

1.4. O planejamento da contratação resultante do procedimento licitatório será realizado por meio do gerenciamento de ata de registro de preços, conforme **art. 4º do Decreto Estadual nº 21.938/2023** e do **art. 40 da Lei 14.133/2021**.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO****2.1. Motivação:**

Placas de tombamento ou etiquetas de patrimônio é uma ferramenta de identificação e controle da estrutura física de um determinado local, seja empresa privada ou órgão público. Elas são o primeiro passo para a identificação patrimonial dos ativos imobilizados e auxiliam na gestão destes, facilitando conferências e revisões do inventário. Através dela é possível sinalizar, enumerar e armazenar dados importantes acerca do patrimônio físico do local no qual foi implementado. É por meio delas que se dá a efetivação do tombamento em si.

A palavra "tombamento" possui origem portuguesa e juridicamente significa fazer um registro do patrimônio de alguém em livros específicos num órgão de Estado que cumpre tal função. Ou seja, registrar algo que é de valor para uma comunidade protegendo-o por meio de legislação específica.

O tombamento é a forma correta e legal de se registrar, controlar e conservar os bens desta Secretaria, além de se tratar de um procedimento padrão adotado por todas as entidades da administração pública. É em síntese o cadastramento dos móveis e equipamentos permanentes adquiridos pelo governo.

No caso do presente estudo, se busca realizar a aquisição de etiquetas de tombamento para os bens duráveis (ativo fixo) desta secretaria. Esse procedimento é meio de garantir a identificação dos bens públicos e evitar a perda ou extravio dos bens pertencentes ao Estado.

O artigo 98º do Código Civil vigente, apresenta o conceito de bem público afirmando que:

*Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.*

Sobre o mesmo tema, o artigo 99º do mesmo código, esclarece:

*Art. 99. São bens públicos:*

*I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

*Parágrafo único. Não dispõem a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.*

Assim, é possível classificar os bens públicos pela sua disponibilidade, discernindo-os de acordo com a pessoa de direito público que detêm sua propriedade. São categorizados da seguinte maneira: (a) bens indisponíveis; (b) bens patrimoniais disponíveis; e (c) bens patrimoniais indisponíveis. Os chamados bens indisponíveis são aqueles desprovidos de natureza patrimonial, motivo este que os tornam impossíveis de serem alienados, onerados ou até mesmo alterados os fins a que lhes são dirigidos. Isso implica na incumbência da Administração Pública de aprimorar e conservar tais bens, sem se olvidar de deixá-los adequados para exercer sua finalidade, em prol do bem coletivo. Os bens de uso comum do povo como mares, estradas, rios, etc., se enquadram na categoria de bens indisponíveis. O conjunto destes bens forma o "domínio público", que compreende tanto os bens imóveis quanto os móveis.

Segundo Carvalho Filho, domínio público é o conjunto de bens móveis e destinados ao uso direto do Poder Público ou à utilização direta ou indireta da coletividade, regulamentados pela Administração e submetidos a regime de direito público. (CARVALHO FILHO, José dos santos, Manual de Direito Administrativo, 2017, Atlas, p. 653)

É sabido que a Administração Pública não deve pautar seus atos em interesses particulares, mas no interesse da coletividade respeitando sempre os princípios administrativos. Nesse sentido, destaca-se que o levantamento patrimonial é primordial para o atendimento dos princípios norteadores da Administração Pública (art. 37, caput, CF), a fim de dar publicidade sobre o patrimônio público, gerar eficiência na gestão, demonstrar a legalidade na aquisição e a possibilidade de alienação, oportunizar o controle sobre a moralidade e impessoalidade no uso dos bens públicos que foram assim taxados.

Como se vê, o levantamento patrimonial do ente público vai muito além de apenas saber quais bens estão inclusos em seu domínio, é uma questão de atender aos anseios sociais quanto ao poder e ao dever de prestar contas aos administrados, no que diz respeito a estabelecer quais são estes bens e qual uso eles têm.

Nesse sentido, a Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em seu artigo nº 94º e 95º, determina:

*Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.*

*Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.*

Dessa forma, o levantamento patrimonial não só é essencial para atender às exigências constitucionais e sociais relacionadas ao controle dos bens, como também é obrigatoriamente exigido por lei, conforme indicado na legislação mencionada.

A presente contratação justifica-se em virtude da necessidade de fornecimento (confeção) de placas de tombamento para atender a demanda da Gerência de Material e Patrimônio para que ocorra a realização da identificação e controle dos bens móveis pertencentes à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI, incluindo Escolas, Gerências Regionais e a Sede.

Consigne-se que essa medida se alicerça também na circunstância de que o quantitativo remanescente de placas de tombamento adquiridos por meio do Contrato nº 013/2023 é insuficiente para atender às demandas atuais, em decorrência de aquisições de bens móveis que aconteceram de forma superveniente, circunstância que impactou no estoque desse produto.

Dessa forma, o fornecimento (confeção) das placas de tombamento é imprescindível para o registro dos bens móveis nas diversas unidades escolares e sede desta SEDUC, visto que a quantidade em estoque estão em níveis muito baixos, podendo comprometer significativamente os trabalhos atinentes à sua função institucional. Assim, tendo em vista o baixo estoque disponível, faz-se a urgência no fornecimento das placas de tombamento supracitadas, a fim de regularizar os trabalhos de registro dos bens nas unidades escolares, sede das Escolas, GRE's e da própria SEDUC.

Ademais, a necessidade da aquisição pela Administração Pública, dos itens constantes neste ETP, fundamenta-se no comprometimento e obrigação do Governo do Estado para o desenvolvimento dos trabalhos realizados por esta **Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**, tendo em vista a continuidade e expansão das atividades de educação no estado o que culmina na aquisição de novos materiais que tem sido adquiridos pela SEDUC-PI. Ainda mais, a eficiência na aplicação de políticas públicas na área de educação requer da Gestão uma melhoria contínua dos espaços administrativos do seu corpo técnico, pedagógico e de ensino das escolas, da SEDUC e das Gerências Regionais.

Portanto, a aquisição de placas de tombamento se fazem necessárias para que a **Gerência de Material e Patrimônio- GMAP**, obedecendo ao disposto nas normas legais, catalogue, registre e controle o uso, localização e estado de conservação dos bens públicos, permitindo a distribuição dos materiais permanentes de maneira segura para todos os órgãos do Governo.

## 2.2. Da Solução Escolhida:

Após aprofundamento nas necessidades que ensejaram a presente demanda, e analisadas diversas alternativas possíveis, com o intuito de adotar a melhor solução afim de suprir a necessidade do setor requisitante, considerando os princípios da eficiência e economicidade e zelando pela boa alocação dos recursos públicos, afim de alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico e eficaz em sua finalidade pública, chegou-se à conclusão de que a solução que melhor atende aos interesses da Administração Pública, é a realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS para **contratação futura e eventual de empresa especializada em serviço gráfico para produção e fornecimento de placas de tombamento destinadas à identificação e controle dos bens móveis pertencentes à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**, conforme apresentada na **TABELA 1 do ITEM 3** desse Termo de Referência.

O modelo para o planejamento da contratação após a fase da licitação será o de gerenciamento de ata de registro de preços com base no **art. 46 do Decreto Estadual n. 21.938, de 28 de março de 2023**, sendo justificado a utilização do Sistema de Registro de Preços Setorial em vista da flexibilidade desta modalidade de contratação, visando atendimento das demandas previamente levantadas/identificadas e eventuais demandas extras além da conveniência da aquisição de bens com a possibilidade de entregas parceladas.

## 2.3. Do quantitativo:

O quantitativo total da demanda de 573.000 (quinhentos setenta e três mil) plaquetas de tombamento, foi estabelecido pela Gerência de Material e Patrimônio- GMAP, com base na ausência de quantidades suficientes do material que pudesse atender à demanda do setor, a qual é indispensável para a catalogação e gestão dos bens móveis desta secretaria, ocasião em que, aquela gerência informou a quantidade estimada, tomando por base os dados de tombamento e a demanda utilizada nos últimos anos, bem como na grande quantidade de material que vem sendo adquirido por esta Secretaria em especial a distribuição de equipamentos para os anos de 2024 e 2025.

Na ocasião, a Gerência de Material e Patrimônio- GMAP com base nas necessidades identificadas, bem como nos padrões já adotados por esta Secretaria definiu as especificações que juntamente com seus respectivos quantitativos iniciais, encontram-se disponibilizados na **TABELA 1 do ITEM 3**.

## 2.4 Resultados e benefícios a serem alcançados:

- Desenvolvimento dos trabalhos de registro dos bens móveis realizados nas diversas unidades da Secretaria de Educação do Estado do Piauí – SEDUC;
- Gestão dos ativos imobilizados;
- Facilitação da identificação única e oficial dos bens móveis tombados, contribuindo para a gestão eficiente de inventários e registros patrimoniais;
- Viabilidade na conservação a longo prazo dos bens móveis, culturais e/ou históricos;
- Garantia da transparência nas ações de gestão patrimonial, demonstrando compromisso com a preservação e o uso responsável do patrimônio desta Secretaria;
- Padronização e otimização dos processos administrativos relacionados aos bens móveis tombados, melhorando a eficiência na gestão e no monitoramento desses recursos.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Conforme indicado nos Estudos Técnicos Preliminares, a solução que atende aos requisitos estabelecidos consiste na **contratação futura e eventual de empresa especializada em serviço gráfico para produção e fornecimento de placas de tombamento destinadas à identificação e controle dos bens móveis pertencentes à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI**.

3.1.1. Esta aquisição se dará por Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente o Decreto Estadual 21.872/2023.

3.2. Deve-se considerar o ciclo de vida do objeto, ou seja, sua capacidade de refletir a vantagem da solução proposta. Nesse sentido, a presente aquisição está alinhada com as necessidades da área demandante, uma vez que a solução pode satisfazer completamente as necessidades da GMAP no que tange a gestão dos bens públicos assegurando um melhor gerenciamento desses objetos o que permite inclusive uma prestação de serviços públicos com melhor qualidade e mais eficiente.

3.3. Para concluir, no que tange a fase final do ciclo de vida dos itens que compõe o objeto, é importante destacar que:

- O item objeto dessa licitação é composto por porções de plástico, material esse que tem uma vida útil relativamente longa quando bem acondicionado e é passível de reciclagem, resultando em uma produção mínima de resíduos e impactos ambientais;
- Esse item ainda é composto por alumínio o que poderia causar certo impacto ambiental caso não fosse descartado de maneira correta, no entanto este TR prevê que o contratado providencie a disposição final ambientalmente adequada conforme estabelece o **artigo 33 da Lei 12.305/2010** que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ademais, se trata de material que poderá ser reciclado assim como o plástico e portanto, não gerará impactos significativos ao meio ambiente.

3.4. Vale ressaltar que a tabela de Numeração e Tombamento especifica que as placas de tombamento devem ter um código de barras padrão 128 com 09 dígitos na leitura visual e 08 dígitos na leitura ótica, com exceção do Grupo 09 que terá um dígito a mais tanto na leitura visual quanto na leitura ótica. As especificações técnicas, a sequência numérica e os grupos a que pertencem estão detalhados na tabela e no modelo ilustrativo a seguir:

**TABELA 01**  
**DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO GRUPO E SEQUÊNCIA**

DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO, GRUPO E SEQUÊNCIA							
ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	SEQUÊNCIA	VALOR UNIT.	VALOR POR GRUPO	VALOR TOTAL
1	<b>PLACAS DE TOMBAMENTO PATRIMONIAL</b> Material: alumínio Metragem: 46mm. x 18mm, 0,30mm Informações básicas: - com impressão digital colorida, - com revestimento em resina protetora, que evite perda de visibilidade das cores e dados, - com logomarca, - com numeração sequencial conforme o grupo (vide tabela do grupo e quantidade) - com código de barras, - com fita autoadesiva de alta aderência.	01- Aparelhos de intercomunicação e foto- cinematográfica	10.000 und.	01-925001 a 01-935000	R\$ 1,48	R\$ 14.800,00	R\$ 848.040,00
		03- Artigos para acampamentos, esportes e divertimentos infantis	500 und.	03-301001 a 03-301500		R\$ 740,00	
		05- Instrumentos musicais, objetos históricos e artísticos, brasões e insígnias	2.000 und.	05-504823 a 05-506822		R\$ 2.960,00	
		06- Máquinas e motores em geral e equipamentos rodoviários e agrícolas	500 und.	06-601001 a 06-601500		R\$ 740,00	
		09- Mobiliário em geral	500.000 und.	09-618002 a 09-1118001		R\$ 740.000,00	
		10- Refrigeração e calefação	50.000 und.	10-863210 a 10-913209		R\$ 74.000,00	
		12- Utensílios de copa e cozinha e de uso diversos	10.000 und.	12-122001 a 12-132000		R\$ 14.800,00	
		TOTAL				573.000 und.	

#### MODELO ILUSTRATIVO

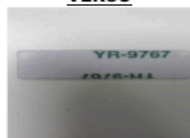
MODELO E TAMANHO ABAIXO

**Tamanho 46X18 mm 0,30 mm etiqueta**

**FRENTE**



**VERSO**



#### COR VERDE ESPECIFICAÇÃO ABAIXO

Cor	Nome	CMYK	sRGB	Hexadecimal	Pantone
Verde	Verde	70/0/100/10	86/161/52	56A134	362C (brilho), 369M (fosco)

**SOLICITAMOS ENVIAR MODELO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA**

#### 4. PARCELAMENTO DO OBJETO

##### 4.1. Do parcelamento:

No que diz respeito ao parcelamento da solução, o **artigo 40 da Lei 14.133/2021** nos traz um princípio a ser seguido quando da realização das licitações públicas. O referido artigo deixa claro que em tais contratações, é indispensável o atendimento ao princípio do parcelamento, vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

**b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;**

Ainda tratando, sobre esse princípio, o **§ 3º do artigo 40 da Lei 14.133/2021** dispõe sobre as situações onde o princípio do parcelamento não será utilizado, *in verbis*:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Portanto, de acordo com a legislação, para que se dê amplo cumprimento ao princípio do parcelamento, deve haver a satisfação cumulativa da "viabilidade técnica" e da "vantagem econômica". Em outras palavras, ambos os requisitos devem ser atendidos, para que o parcelamento seja utilizado.

Com base nisso, observa-se que no presente caso é possível tecnicamente proceder ao parcelamento dos itens que pretendem ser adquiridos. No entanto, tal parcelamento do serviço, não apresenta vantagem econômica que o apoie, considerando que o objeto desta demanda consiste em um único item, o qual seja **plaquetas de tombamento**. Diante disso, caso o presente certame procedesse com a utilização do parcelamento, o item único seria dividido, o que geraria elevado impacto negativo a economia do procedimento licitatório, haja vista que a maximização do valor contratual é o que promove a economia de escala, ao incentivar a redução dos preços por parte dos licitantes, devido ao aumento do volume de negócios.

Do ponto de vista da gestão de contratos, a utilização do referido princípio também não é vantajosa, tendo em vista que, no presente procedimento, o parcelamento do item único traria **ampliação desnecessária**, dos custos de gestão de contratos, tendo em vista que uma contratação que poderia ser objetivamente fornecida por um único licitante, passaria a ser fornecida por mais de uma empresa, gerando dispêndio financeiro e desperdício de capital humano para proceder com a fiscalização dos diversos contratos.

Na mesma esteira, não adotar o princípio em comento se mostra mais vantajoso para contratação, levando em conta que a diminuição de fornecedores, reduz as possibilidades de entrega de itens com especificações diversas do exigido, padroniza a qualidade dos bens que serão recebidos, facilita o processo de troca/substituição dos itens que eventualmente tenham essa necessidade e reduz a probabilidade de entregas realizadas de forma assíncrona, o que prejudicaria o andamento das ações desenvolvidas pelo setor requisitante.

Portanto, fica claro que no presente certame é mais vantajoso não proceder com o princípio do parcelamento dada as desvantagens apresentadas.

Seguindo adiante, superada a questão do princípio do parcelamento, conforme já destacado, o objeto do presente certame consiste na aquisição de **01 (um) único item**, motivo pelo qual, a licitação apenas poderá ser procedida por itens.

No que pese o processo em questão, apenas poder proceder por itens, face ao total do seu objeto consistir em um único item, vejamos o que dispõe o §1º do artigo 82 da Lei 14.133/2021, literalmente:

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

Corroborando com a legislação, destaca-se o que o Tribunal de Contas da União elenca, *in verbis*:

**SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global**, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

À luz desses dispositivos, é possível observar que o certame licitatório por itens é prática elementar nas licitações públicas, sendo disposto na legislação específica e corroborado seu entendimento pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, baseando-se na situação fática do presente certame, que consiste na aquisição de um único item, na legislação, bem como no entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, conclui-se que o presente procedimento deve ocorrer por itens.

**4.2. Do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:**

Na realização deste procedimento licitatório, atendendo ao que disciplina a **Lei Complementar nº 123/2006**, acerca da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a divisão do objeto nos termos da lei a fim de viabilizar a participação das empresas que se enquadrem nos padrões referidos.

A Lei acima mencionada afirma que os itens cujos valores estimados sejam de **até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do **artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006**, enquanto aqueles que **ultrapassem os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** devem ser partilhados de maneira a permitir a participação não só das grandes empresas, mas também dos microempreendedores.

Ainda, o **artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, determina que em certames para aquisição de bens de natureza divisível e nos quais o valor da aquisição exceda os valores estabelecidos, qual seja **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** deverá ser estabelecida **cota reservada de até 25%** do objeto para a participação apenas das empresas que se enquadrem como micro e pequeno porte.

A referida medida decorre da obrigação de proporcionar tratamento diferenciado e simplificado a essas categorias empresariais, visando promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito municipal e regional, bem como aprimorar a eficiência das políticas públicas e estimular a inovação tecnológica. Essa média se mostra necessária, não só para cumprir a legislação específica já destacada, bem como para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição nos termos do artigo 11, II da Lei 14.133/2021.

**4.3. Do modelo de disputa:**

O modelo de disputa da licitação consiste em determinar como o objeto será apresentado para a fase externa do certame, particularmente na fase de lances, sendo caracterizado na formação por item ou por lote, bem como do nível de participação, se de forma ampla ou de forma exclusiva de participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

Assim, a definição do presente objeto da contratação apresenta uma característica de divisibilidade, cuja execução é passível de ser realizada por fornecedores diferentes, desde que cumpram as especificações técnicas do objeto.

Diante disso, o modelo considerado, dado a divisibilidade do objeto, é sua organização em um item para participação de ampla concorrência e outro item para cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte.

Assim, justifica-se a adoção deste modelo de disputa em **02 (dois) itens** por caracterizar uma vantagem descentralizada de licitação do objeto em ampla participação e, decorrido disso, num cenário, conforme atendimento obrigatório do **art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006**, de participação exclusiva de ME/EPP.

Dessa forma, a licitação se dará conforme a tabela abaixo:

**TABELA 02**  
**AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR POR GRUPO
------	-----------	-------	------------	-------------	-----------------

ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR POR GRUPO
1	<b>PLACAS DE TOMBAMENTO PATRIMONIAL</b> Material: alumínio Metragem: 46mm. x 18mm, 0,30mm Informações básicas: - com impressão digital colorida, - com revestimento em resina protetora, que evite perda de visibilidade das cores e dados, - com logomarca, - com numeração sequencial conforme o grupo (vide tabela do grupo e quantidade) - com código de barras, - com fita autoadesiva de alta aderência.	01- Aparelhos de intercomunicação e foto-cinematográfica	7.500 und.	R\$ 1,48	R\$ 11.100,00
		03- Artigos para acampamentos, esportes e divertimentos infantis	375 und.		R\$ 555,00
		05- Instrumentos musicais, objetos históricos e artísticos, brasões e insígnias	1.500 und.		R\$ 2.220,00
		06- Máquinas e motores em geral e equipamentos rodoviários e agrícolas	375 und.		R\$ 555,00
		09- Mobiliário em geral	375.000 und.		R\$ 555.000,00
		10- Refrigeração e calefação	37.500 und.		R\$ 55.500,00
		12- Utensílios de copa e cozinha e de uso diversos	7.500 und.		R\$ 11.100,00
		TOTAL			

**TABELA 03**  
**COTA RESERVADA ME/EPP**

COTA RESERVADA ME/EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR POR GRUPO
2	<b>PLACAS DE TOMBAMENTO PATRIMONIAL</b> Material: alumínio Metragem: 46mm. x 18mm, 0,30mm Informações básicas: - com impressão digital colorida, - com revestimento em resina protetora, que evite perda de visibilidade das cores e dados, - com logomarca, - com numeração sequencial conforme o grupo (vide tabela do grupo e quantidade) - com código de barras, - com fita autoadesiva de alta aderência.	01- Aparelhos de intercomunicação e foto-cinematográfica	2.500	R\$ 1,48	R\$ 3.700,00
		03- Artigos para acampamentos, esportes e divertimentos infantis	125		R\$ 185,00
		05- Instrumentos musicais, objetos históricos e artísticos, brasões e insígnias	500		R\$ 740,00
		06- Máquinas e motores em geral e equipamentos rodoviários e agrícolas	125		R\$ 185,00
		09- Mobiliário em geral	125.000		R\$ 185.000,00
		10- Refrigeração e calefação	12.500		R\$ 18.500,00
		12- Utensílios de copa e cozinha e de uso diversos	2.500		R\$ 3.700,00
		TOTAL			

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Do Fornecimento:

5.1.1. Os produtos devem ser fornecidos em perfeitas condições (produtos novos, de primeiro uso, não remanufaturados) conforme as especificações contidas na **Tabela 01 e Modelo Ilustrativo do ITEM 03** deste Termo, no local designado, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

5.1.2. Os produtos devem ser entregues conforme as quantidades estabelecidas nas **Tabelas 02 e 03 do ITEM 04**, deste Termo, de acordo com o lote em que tiver interesse.

5.1.3. No fornecimento dos itens objeto desta contratação, devem ser observados os requisitos de contratação descritos no **ITEM 09** deste instrumento.

5.1.4. Os itens fornecidos deverão se enquadrar aos padrões técnicos de qualidade, segurança e eficiência, podendo a CONTRATANTE exigir comprovações de tal enquadramento.

### 5.2 Da Entrega:

5.2.1. O prazo de entrega dos materiais será de até **60 (sessenta) dias**, em **02 (duas) parcelas**, a partir do recebimento pela empresa contratada da **ORDEM DE SERVIÇO e da NOTA DE EMPENHO**.

5.2.1.1. A Contratante estabelecerá na fase de contratação a sequência numérica relativa a cada grupo de plaquetas de tombamento que deverá ser fornecido pelas empresas vencedoras da ampla concorrência e cota reservada.

5.2.2. A carga, o transporte, a descarga e a entrega dos itens que integram o objeto deste Termo, são de inteira responsabilidade do fornecedor

5.2.3. Os itens integrantes do objeto contratado deverão ser entregues em remessa única de **segunda a sexta-feira no horário de 7h30min às 13h30min, no Almoxarifado da SEDUC, localizado na Rua Gibraltar nº32, Bairro Dirceu I, Teresina - PI**

5.2.3.1. O responsável pelo setor de Almoxarifado e patrimônio da SEDUC/PI receberá os bens objeto deste Termo de Referência, atestará e fiscalizará a qualidade dos itens entregues.

5.2.4. Os produtos, devem ser acondicionados em embalagem adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante a carga, transporte, descarga e o armazenamento.

5.2.4.1. Em se tratando de itens frágeis, os mesmos devem ser acondicionados em embalagens devidamente acolchoadas afim de evitar qualquer dano ou avaria no momento da carga, transporte, descarga e armazenagem;

5.2.4.2. Devem constar do lado externo de cada embalagem rótulos de fácil leitura com identificação do fabricante e do fornecedor, código do produto e orientações sobre manuseio, transporte e armazenagem;

5.2.5. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, a parte contratada deve informar imediatamente à SEDUC/PI através dos canais de comunicação disponibilizados, como e-mail ou telefone. Esta comunicação deve ser feita com até **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência à data de entrega estipulada. A contratada deverá explicar os motivos que impedem o cumprimento do prazo inicialmente previsto, fornecendo a documentação adequada para comprovação. Neste caso, o prazo de entrega poderá ser prorrogado por até **10 (dez) dias**, a contar do término do prazo original.

### 5.3 Do Recebimento:

5.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de entrega do objeto e sua respectiva nota fiscal, pelo(a) responsável designado para acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.3.2. Fica assegurado à SEDUC o direito de rejeitar os objetos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. Nesse caso, o fornecedor é obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas. Todos os custos relacionados à substituição ou reparo serão de responsabilidade do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.2.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais

5.3.3. O aceite ou aprovação dos objetos pela SEDUC não exclui a responsabilidade civil nem a ético profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade, bem como disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação, as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

5.3.4. O recebimento definitivo deverá ser efetuado **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, desde que atendidas as condições estipuladas a seguir:

- os produtos deverão ser entregues acompanhados da (s) respectiva (s) Nota (s) Fiscal (is) e da (s) Autorização (ões) de Fornecimento, as quais deverão discriminar os produtos, quantidades, marcas, preços unitários e totais;
- compatibilidade dos itens entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- o Contratado deverá entregar os produtos conforme demanda definida pela Contratante.

5.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.3.4 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

## 6. VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

### 6.1. Valor total estimado para contratação:

6.1.1. O valor total estimado para a contratação foi de **R\$ 848.040,00 (oitocentos e quarenta e oito mil quarenta reais)**, conforme se pode vislumbrar na descrição dos valores unitários e global que se encontram especificados na **TABELA 1 - Especificações Técnicas do Objeto** disponível no **ITEM 3** deste Termo de Referência.

### 6.2. Parâmetros utilizados para a obtenção de preços e respectivos cálculos:

6.2.1. Durante o planejamento deste processo de contratação, foi conduzida uma extensa **pesquisa de mercado**, pautada nos princípios da eficiência e economicidade, com o objetivo de assegurar a alocação responsável dos recursos públicos. Esse procedimento visou alcançar a solução mais vantajosa tanto do ponto de vista econômico quanto em termos de eficácia para seu propósito, conforme evidenciado pelo **Parecer e Mapa de Preços**.

6.2.2. As pesquisas de mercado seguiram as diretrizes do **art. 46 do Decreto Estadual n. 21.872, de 07 de março de 2023**, que regulamenta o procedimento de pesquisa de preços nas contratações públicas do Estado do Piauí. Desse modo, o valor estimado para a contratação foi determinado utilizando a mediana dos dados pesquisados, com pelo menos três preços válidos obtidos em bancos de dados públicos. Além disso, foram consideradas as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as particularidades do local de execução do objeto:

- composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pela Administração Pública e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas.
- pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

### 6.3. Classificação Orçamentária da despesa:

6.3.1. 6.3.1. As despesas relacionadas a esta contratação serão arcadas com recursos específicos previstos no Orçamento do Estado do Piauí ou de Transferência Voluntária.

## 7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

7.1. A contratação será efetuada por meio de procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO, para REGISTRO DE PREÇOS realizado de forma eletrônica**, adotando o critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em conformidade com as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual 21.938/2023 e do Decreto Estadual nº 21.872/2023**.

7.2. O objeto da licitação solicitada se caracteriza como comum, haja vista que sua especificação técnica se baseia com o levantamento de mercado realizado, assim definindo com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado, o que se classifica como **bens comuns** conforme o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Conforme estabelecido pela mesma legislação, o **art. 6º, inciso XLI**, determina que o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens comuns. Além disso, o Art. 29 reforça que o pregão deve ser adotado sempre que o objeto em questão possuir critérios de desempenho e qualidade que possam ser claramente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

7.4. No que diz respeito ao **Critério de Julgamento**, conforme destacado pelo **art. 83, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.872/23**, na modalidade pregão será obrigatoriamente adotado o de **menor preço por item**.

7.5. Desse modo, considerando que o objeto a ser contratado se enquadra na categoria de serviço comum, a modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo menor preço, é a mais adequada para a contratação em questão, conforme perfeitamente alinhado com a legislação mencionada anteriormente.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Critérios de aceitação da proposta:

8.1.1. A **proposta deverá ser acompanhada de catálogos e/ou de manuais**, com a descrição clara, precisa e detalhada do objeto por meio de descrição das especificações técnicas que possam ser aferidas com base nas informações exigidas deste instrumento, **sob pena de desclassificação**.

8.1.2. Os requisitos que deverão constar na proposta de preços são:

- a) Ser redigida em língua portuguesa e assinada representante legal da licitante;
- b) Não apresentar rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos e entrelinhas, deixando claro a inexistência de proposta alternativa;
- c) Conter dados do licitante: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente;
- d) Indicar nome do representante legal (sócio administrador ou procurador habilitado), juntamente com a documentação pessoal (RG/CPF) e endereço;
- e) Descrever as especificações técnicas do objeto, com apresentação de marca, modelo, quantidades, valores unitários e totais;
- f) Apresentar prazo de validade e condições de garantia de fornecimento do objeto;
- g) Declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1.3. Os **catálogos e/ou manuais** deverão estar na versão em língua portuguesa, que demonstrem as especificações técnicas do objeto, como marca, modelo, fabricante, procedência, natureza dos materiais, componentes, dimensões, modelos, funcionalidades e imagens ou desenhos de estruturas, conforme estabelecido no Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor.

8.1.4. Não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou ainda catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO, **sob pena de desclassificação**.

8.1.5. Os valores apresentados na proposta deverão estar em moeda nacional (Reais - R\$) em algarismo, com duas casas decimais.

8.1.6. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, não ultrapassando os valores máximos estabelecidos por este instrumento.

8.1.7. Após o final da etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta readequada de preços, em arquivo único, no prazo fixado em edital.

8.1.8. A proposta comercial terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.

8.1.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições estabelecidas neste instrumento.

8.1.10. A Secretaria poderá exigir a apresentação de 01 (uma) plaqueta modelo para conferência pela área requisitante, nos termos do artigo 41, II, da Lei de Licitações.

8.1.10.1. Tal medida se mostra necessária para garantir a fidelidade entre as especificações do item constante no Termo de Referência e o objeto que efetivamente será entregue pela empresa contratada.

## 8.2. Habilitação:

8.2.1. As exigências de **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista** são padrão para a generalidade dos objetos licitados e estão devidamente regulamentadas no **edital**, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

## 8.3. Qualificação econômico-financeira:

8.3.1. Os Critérios de qualificação econômico-financeira que o fornecedor deve atender estão especificados no **edital**.

## 8.4. Capacitação técnica:

8.4.1. O fornecedor deverá atender aos seguintes critérios de qualificação técnica:

8.4.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.4.1.2. A parcela de relevância para a comprovação técnica da licitante será de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do(s) lote(s) de participação.

8.4.1.3. Os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: nome do emissor do atestado, indicação do endereço, do CNPJ, descrição dos serviços executados, quantidade, valor, local e período execução.

8.4.1.4. A licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado o fornecimento do objeto ou de características similares iguais ou superior, sendo compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência.

8.4.1.5. A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo acima citado.

8.4.1.6. Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.

8.4.1.7. A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito se faz necessário para resguardar a Administração Pública no sentido de garantir a execução do contrato e, consequentemente, atender as demandas da SEDUC-PI e tal exigência não compromete a competitividade do certame.

8.4.1.8. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.4.1.9. A composição mínima de aferição da expertise do fornecedor se comprova como suficiente para a finalidade do objeto da contratação, com base no **art. 67, §§ 1º e 2º da Lei n. 14.133/2021**.

## 8.5 Da Subcontratação:

8.5.1. Considerando o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento e observando a determinação do art. 36, XXIII, do Decreto estadual nº 21.872/23, tem-se que:

8.5.1.1. O objeto esta contratação, cujas especificações e características estão elencadas no ETP e neste Termo de Referência, trata-se de aquisição de bens comuns, de valor pouco expressivo, disponibilizados pelos fabricantes por meio de condições de comercialização usuais de mercado, sem peculiaridades significativas ou complexidade na execução contratual. Portanto, com base nessas considerações, conclui-se que o dimensionamento do objeto é adequado para permitir que licitantes, de forma individual, possam participar e cumprir integralmente as exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Desse modo, compreende-se que empresas especializadas no setor, atuando de forma independente, possuem as condições necessárias, incluindo capacitação e aptidão técnica, para executar satisfatoriamente o objeto. Por estes motivos, fica **vedada a subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado**.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**9.1. Requisitos do Objeto:**

9.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os itens integrantes do objeto da presente contratação em conformidade com as especificações estabelecidas na **TABELA 1 do ITEM 3** deste Termo de Referência e ainda:

9.1.1.1. Quantidade: conforme Tabela 02 e 03 do item 04, em conformidade com a participação nos lotes que forem de seu interesse;

9.1.1.2. Os produtos que por sua condição tiver certificações e normatizações estabelecidas pelos órgãos regulamentadores, poderão ter sua comprovação exigida.

9.1.2. Todos os itens integrantes do objeto, devem ser fornecidos com qualidade igual, similar ou superior às especificações exigidas, para atender as demandas que ensejaram o presente certame.

9.1.3. Em conformidade com o artigo 42 da Lei 14.133/2021 esta contratação poderá exigir prova de qualidade dos produtos apresentados pelos proponentes, a qual será admitida, conforme decisão da SEDUC-PI, por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por outra entidade credenciada pelo Inmetro, ou certificadora específica do objeto;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III – certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

9.1.4. Quando disponíveis no mercado e não tecnicamente ou economicamente inviável, a CONTRATADA, deverá priorizar utilização de materiais biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de tecnologia e matérias primas sustentáveis.

**9.2. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:**

9.2.1. Os itens, deverão ser fornecidos com Garantia pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo, garantindo serviço de suporte e assistência técnica, garantindo a manutenção dos itens de forma efetiva.

9.2.1.1. A CONTRATADA, deverá quando necessário substituir, reparar ou corrigir a suas expensas, itens com defeitos ou avarias que o tornem total ou parcialmente impróprio ao uso a que se destina;

9.2.1.1.1. Os itens que apresentarem imperfeições exclusivamente estéticas, de modo que tal incorreção não inviabilize o desenvolvimento da atividade a que se destina, também deverão ser corrigidos, reparados ou substituídos quando solicitado pela SEDUC-PI.

9.2.1.2. A CONTRATADA, deverá quando necessário efetuar a troca do produto, em caso de deterioração, mesmo em condições ambientais adequadas de estocagem.

9.2.2. O prazo de garantia será contado a partir da data do recebimento definitivo dos bens.

9.2.3. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, em observância aos artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**9.3. Requisitos mínimos de segurança**

9.3.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância as disposições da lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.3.2. Quando aplicável, a CONTRATADA, deve executar o objeto do presente Termo de Referência em consonância com as Normas Regulamentadoras do Governo Federal.

9.3.3. A CONTRATADA, deve observar rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados quanto ao transporte, instalação e acondicionamento quando aplicável ao caso.

9.3.4. A CONTRATADA, deverá manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.5. A CONTRATADA, deverá responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.3.6. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam, fabricantes, técnicos ou quais outros.

9.3.7. A CONTRATADA deverá responder por todo os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEDUC-PI

**9.4. Requisitos de sustentabilidade**

9.4.1 Os materiais fornecidos pela empresa contratada deverão observar os critérios de sustentabilidade, optando por aqueles que possuam reduzido gasto de energia e de recursos naturais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos e o consumo excessivo de energia.

9.4.2 Priorizar bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, bem como priorizar o emprego de tecnologias e matérias-primas sustentáveis para execução e operação do objeto.

9.4.3 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

9.4.4 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

9.4.5 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis se for o caso, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, advindos da contratação, removendo e promovendo a devida destinação.

9.4.6 Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

9.4.7 A contratada deverá observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, que poderá ser exigido pela SEDUC-PI;

9.4.8 Nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e



de manejo dos resíduos sólidos, dos seguintes produtos:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

#### 10. DA AMOSTRA

10.1. Após o encerramento da fase de habilitação, caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro poderá exigir apresentação de amostra dos itens.

10.2. Em caso de solicitação de amostra, esta deverá ser fornecida no prazo de até **10 (dez) dias corridos contados a partir da solicitação**, para a **sede da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-PI, localizada na Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900**.

10.2.1. As amostras devem estar devidamente acondicionadas, contendo os dados da licitante, dados do Pregão e a identificação do item;

10.2.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência;

10.2.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante;

10.2.4. Em até 2 (dois) dias úteis após o prazo de envio da amostra, a Administração remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovando o item submetido à análise prévia;

10.2.5. Caso a amostra não seja apresentada dentro do prazo estabelecido ocorrerá a imediata desclassificação da licitante, ou caso não seja aprovada após análise, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelas licitantes classificadas em segundo lugar, e assim sucessivamente, chamando-as a apresentar amostras, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos;

10.2.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

10.3. A amostra aprovada pela Administração servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

10.3.1. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia;

10.3.2. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal;

10.3.3. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da comunicação pela Administração para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

10.4. As licitantes deverão fornecer a amostra de **02 (duas) placas de tombamento**, conforme as especificações estabelecidas na **TABELA 1 e no modelo ilustrativo disponíveis no ITEM 3** deste termo. A amostra deve ser acompanhada de declaração da licitante, garantindo que os itens produzidos em grande escala estarão de acordo com a amostra apresentada.

10.4.1. Poderão ser solicitados laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, relativos às amostras enviadas, que atestem o cumprimento das especificações exigidas. O custo para a elaboração desses laudos será de responsabilidade do licitante vencedor;

10.4.2. O prazo máximo para a análise das amostras será de **02 (dois) dias úteis**, onde a equipe técnica da área demandante da SEDUC – PI, procederá a avaliação e emitirá parecer, onde reserva-se no direito de realizar diligências para os esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.

10.5. Será rejeitada a amostra que:

- a) não esteja devidamente identificada;
- b) estiver desacompanhada de declaração da licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada;
- c) apresentar características divergentes e/ou parâmetros de qualidade inferiores ao especificado no Termo de Referência.

10.6. Os critérios para análise da amostra, são:

- I. Verificação de resistência do material, bem como qualidade e boa aparência;
- II. As placas deverão ser confeccionadas em alumínio, conforme as medidas especificadas da **Tabela 1** deste termo;
- III. Será observada a qualidade da impressão das placas e o revestimento das mesmas, em resina;
- IV. Verificar através da análise das peça, se as mesmas apresentam as cores solicitadas e mantem um padrão para todos os itens;
- V. Verificar a aderência da fita adesiva, utilizada para a aplicação nos bens catalogados;
- VII. Será observado se o brasão do Governo do Estado, bem como a sequência numérica e o código de barras estarão legíveis, tanto na leitura humana (visual) quanto na leitura ótica (código de barras).

10.7. **Justificativa para Exigência de Amostra:**

10.7.1. O objetivo primordial é aferir se as características do que foi proposto pelo licitante correspondem às especificações técnicas previamente estabelecidas pela Administração Pública. Por meio dessa avaliação, é possível verificar os parâmetros de qualidade em consonância com as especificações delineadas no Termo de Referência e na proposta vencedora;

10.7.2. No que tange à análise de amostras, esta deve se pautar exclusivamente em critérios objetivos, isentando-se de qualquer subjetividade. A responsabilidade pela avaliação das amostras recai sobre a equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC/PI). No contexto de Pregão, a exigência de amostras deve restringir-se ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. Neste caso, a equipe técnica da SEDUC/PI procederá com a avaliação da amostra, e caberá ao pregoeiro a decisão fundamentada sobre a aceitabilidade dos itens. Esta prática encontra respaldo no artigo 38 do Decreto Estadual nº 21.872/2023 e no § 3º, artigo 17 da Lei nº 14.133/2021.

#### 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O procedimento de contratação obedecerá as seguintes etapas:

- 11.1.1. Formalização do processo administrativo, com a inclusão da motivação inicial, ata de registro de preços assinada, extrato de publicação da ata de registro de preços, termo de referência e minuta de contrato;
- 11.1.2. Documentos de Habilitação da(s) Empresa(s);
- 11.1.3. Quadro de Formalização de Pedidos;
- 11.1.4. Liberação da Contratação;
- 11.1.5. Dotação orçamentária;
- 11.1.6. Autorização da SEFAZ;
- 11.1.7. Formalização do contrato, com assinatura, publicação e cadastro no TCE;
- 11.1.8. Emissão de NOTA DE EMPENHO;
- 11.1.9. Análise do SINCIN;
- 11.1.10. Execução contratual pelo Setor Responsável:
  - Emissão da ORDEM DE SERVIÇO.
  - Envio para empresa das peças da contratação: Contrato, Ordem de Serviço, Nota de Empenho e Portaria de Gestor e Fiscais;
  - Reunião com a empresa contratada para o planejamento das ações do contrato;
  - Solicitação de amostras para fins de análise do objeto antes da confecção do montante;
  - Demais procedimentos do Modelo de Execução do Contrato.

11.2. O procedimento de fiscalização obedecerá as seguintes rotinas:

11.2.1. Será nomeada equipe formada por no mínimo 01 (um) Gestor e (03) Fiscais do contrato, para acompanhar a execução, nos moldes do artigo 117 da Lei 14.133/2021:

"§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados."

"§ 2º Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência"

11.2.2. O fiscal verificará se os itens estão em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, com especial atenção à **Tabela 01 do item 03**, além dos requisitos de contratação descritos no **ITEM 9** e das disposições previstas no modelo de execução do objeto, conforme o **ITEM 5** deste documento;

11.2.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021;

11.2.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2.5. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no Contrato.

## 12. MATRIZ DE RISCO

12.1. A matriz de risco está apresentada no **Anexo I** deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta a contratação e a execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

12.2. No que tange à responsabilidade esta se dará da seguinte maneira:

12.2.1. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Contratante.

12.2.2. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

12.2.3. A responsabilidade será de ambas as partes quando os riscos relacionados ao objeto do ajuste estiver designada na matriz como de responsabilidade compartilhada.

12.2.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

12.3. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

12.4. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em, pelo menos, um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

12.5. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

12.6. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

12.7. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

12.8. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma prevista art. 105 da Lei 14.133/2021.

13.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

13.3. O **prazo de execução do contrato** será de até **60 (sessenta) dias**, com entrega em **02 (duas) parcelas**, a partir do recebimento pela Contratada da **ORDEM DE SERVIÇO** e da **NOTA DE EMPENHO**.

13.4. **Poderá haver aplicação de garantia de execução** para os contratos da ata de registro de preços, conforme as seguintes condições:

13.4.1 A SEDUC estabelecerá na Parte Específica do contrato a necessidade ou não da garantia contratual e, no caso de sua exigência, o percentual a ser aplicado.

13.4.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

13.4.3 No prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar **garantia contratual**, correspondente a **até 5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4.3.1 Caso a contratada opte pelo seguro-garantia, o prazo para prestação da garantia será no **mínimo de 1 (um) mês** anteriormente à assinatura do contrato, conforme art. 96, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

13.4.3.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta apresentada no contrato.

13.4.3.3 Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no contrato.

13.4.4 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.4.5 A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

13.4.6 Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo e na **Parte Específica, item 8.1** do contrato.

13.5. Poderão participar desta licitação **consórcio de empresas**, nos termos do **ITEM 3.3. do Edital**.

13.6. As condições referentes ao **pagamento, reajuste, obrigações da contratante e da contratada e rescisão** estão especificadas no Termo de Contrato, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

13.7. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a contratada sujeita às **sanções administrativas previstas no Edital**, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

13.8. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 21.872/2023 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13.9. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta contratação.

#### ANEXO I MATRIZ DE RISCOS

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	SCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE CON
<b>PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO / ESCOLHA DA CONTRATADA</b>	Procedimento deserto/fracassado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preço de referência defasado em razão de Pesquisa de mercado realizada de forma ineficiente, imprecisa ou inadequada;</li> <li>Divulgação insuficiente do certame;</li> <li>Apresentação de proposta em desconformidade com o estabelecido no instrumento convocatório.</li> <li>Licitantes não atendem às exigências de qualificação técnica, Financeira ou de habilitação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desperdício de recursos públicos;</li> <li>Atraso na satisfação das necessidades da Administração Pública;</li> <li>Frustrar a expectativa da população que seria atendida;</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar pesquisa de mercado em conformidade com o disposto no art. 46º do Decreto nº 21.872/2023 para obtenção de parâmetros referenciais com o usual de mercado;</li> <li>Divulgar o certame no Portal Nacional de Compras Públicas e no Diário Oficial do site da SEDUC/PI;</li> <li>Planejar o certame observando as normas e princípios gerais dos contratos para o objeto e as estratégias de licitação e/ou regionalizadas;</li> </ul>

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE CONTROLE
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Falha no planejamento da licitação.</li> </ul>						
	Risco da verba necessária para contratação do objeto, não estar disponível nos montantes e condições programados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de processos licitatórios mais urgentes, que tem prioridade no uso dessa verba;</li> <li>Incapacidade técnica de funcionário que leve a uma execução insatisfatória da nota de empenho pela UFIN;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Má utilização de recursos humanos e consequente ônus financeiro a Administração Pública;</li> <li>Atraso na satisfação das necessidades da Administração Pública;</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo aprofundado para identificar as necessidades e prioridades da Administração;</li> <li>Formulação do Plano Anual de Contratação em conformidade com as demandas do órgão;</li> <li>Previsão Orçamentária e Autorização de Despesa;</li> <li>Capacitação de pessoal da UFIN;</li> </ul>
	Impugnação do edital	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificações inadequadas do produto;</li> <li>Documentos irregulares, com cláusulas Restritivas à Competitividade ou Indícios de Direcionamento no Certame Licitatório.</li> <li>Inobservância da aplicação dos princípios constitucionais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação do processo de contratação;</li> <li>Impossibilidade de atender à demanda do setor requisitante;</li> <li>Frustração da meta estipulada no plano de contratações;</li> </ul>	05	05	25	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestar esclarecimentos aos licitantes que solicitarem;</li> <li>Republicar edital realizando as modificações necessárias;</li> </ul>
<b>CONTRATAÇÃO DA EMPRESA</b>	Não assinatura do contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desistência da Empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desperdício de recursos públicos.</li> <li>Frustrar a expectativa da população que seria atendida;</li> <li>Atraso na satisfação das necessidades da Administração Pública;</li> </ul>	01	10	10	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação dos responsáveis para a manutenção da contratação;</li> <li>Celeridade processual para contratação;</li> <li>Encaminhar o processo ao setor de Processamento Administrativo Sancionador, para eventuais responsabilizações do licitante desistente;</li> </ul>
	Mandado de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escolha da solução inadequada para o fornecimento do objeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação do processo de contratação;</li> <li>Impossibilidade de atender à demanda do setor requisitante;</li> </ul>	02	8	16	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reanálise da demanda pela Equipe de Contratação;</li> <li>Revisão dos documentos que irão compor o procedimento antes de sua publicação/lançamento;</li> </ul>

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE CONTROLE
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Não entrega da meta estipulada;</li> </ul>					<ul style="list-style-type: none"> <li>Confeção de e contratual, se f</li> </ul>
	Ausência de Designação Formal dos Atores de fiscalização do contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falhas na comunicação entre os diversos órgãos da Administração Pública;</li> <li>Demora na prestação de informação pelo setor requisitante quanto à nomeação dos fiscais e gestores do contrato;</li> <li>Alta demanda de trabalho que ocasione a demora na confeção da portaria de nomeação dos fiscais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descumprimento da legislação;</li> <li>Impossibilidade do acompanhamento da execução contratual;</li> <li>Prejuízos insanáveis na execução do objeto;</li> </ul>	01	02	02	RB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhame controle do flu processual.</li> <li>Realizar correç maneira temp através da revi atos inicialmer praticados reva prosseguiment em consonânc princípio da au</li> </ul>
EXECUÇÃO DO OBJETO	Recebimento de itens que não correspondem aos padrões estipulados no Termo de referência e seus anexos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desatenção do Fiscal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no Plano de Execução do Trabalho;</li> <li>Não entrega da meta governamental no prazo adequado;</li> <li>Frustração da necessidade cuja contratação visa atender.</li> </ul>	05	10	50	RA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conferência de fiscalização do contratado cor especificações no Contrato e Fiscal;</li> <li>Conferência de fiscalização in l objeto contrat: Fiscal X Objeto no local de ent</li> <li>Observar a ver documentos apresentados p fornecedor na</li> <li>Se utilizar das i contratuais qu a possibilidade o objeto;</li> <li>Se utilizar das i contratuais qu o poder de exi imediata dos it</li> </ul>
	Entrega de itens que não correspondem aos padrões estipulados no Termo de referência e seus anexos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inobservância às especificações dos itens objetos da contratação, disponíveis no Termo de Referência.</li> <li>Uso de má-fé do fornecedor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no Plano de Execução do Trabalho;</li> <li>Não entrega da meta governamental no prazo adequado;</li> <li>Frustração da necessidade cuja contratação visa atender.</li> </ul>	05	10	50	RA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observar a ver documentos apresentados p fornecedor na</li> <li>Elaboração de por erro/fraud no Edital;</li> <li>Aplicar as sanç cabíveis em de de erro/fraude no Termo de R</li> </ul>

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE CONTROLE
								<ul style="list-style-type: none"> <li>Se utilizar das cláusulas contratuais que prevejam a possibilidade de rescisão do objeto;</li> <li>Se utilizar das cláusulas contratuais que prevejam o poder de exigência imediata dos itens.</li> </ul>
	Risco da contratada não entregar o objeto / Atraso na entrega do objeto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de planejamento prévio pelo fornecedor;</li> <li>Uso da má fé do contratado;</li> <li>Falta de planejamento prévio pelo fornecedor.</li> <li>Acontecimentos fortuitos e de força maior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no Plano de Execução do Trabalho;</li> <li>Frustração da necessidade da Administração Pública;</li> <li>Prejuízo financeiro para administração pública</li> </ul>	02	08	16	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitar atestado de capacidade técnica econômico-financeira para aferir se os concorrentes atendem as condições técnicas necessárias para execução satisfatória do objeto, promovendo dessa forma, a qualidade da contratação;</li> <li>Elaboração e inserção no Edital/Contrato das sanções por atraso;</li> <li>Aplicar as sanções cabíveis em caso de erro/fraude no Edital/Contrato.</li> </ul>
	Risco de não pagamento do montante, pelo contratante, da forma que foi previamente convencionado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de verba para realização do pagamento do objeto;</li> <li>Ocorrência de situação de caso fortuito ou força maior que faça com a verba previamente reservada para o pagamento seja realocada em situações urgentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação no cumprimento do objeto;</li> <li>Possíveis medidas judiciais por parte da contratada</li> </ul>	01	08	08	RB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a previsão de disponibilidade de recursos orçamentários assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de contratos celebrados de bens;</li> <li>Observar o fluxo financeiro vigente conforme cronograma estabelecido, e emitir nota de reserva autorizada orçamentária pela SEFAZ-PI e assinatura do gestor.</li> </ul>

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE CONTROLE
	Risco de Interposição de ações judiciais contra o certame licitatório.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insatisfação de terceiros com o resultado do certame licitatório;</li> <li>Insatisfação da contratada como o modo de execução do objeto.</li> <li>Irregularidades ou ilegalidades no processo de licitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso na entrega do objeto;</li> <li>Utilização de recursos humanos para realização da defesa técnica, que poderiam estar sendo melhor aproveitados em outras atividades;</li> <li>Suspensão/Anulação do certame licitatório;</li> <li>Gastos processuais</li> </ul>	02	08	16	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter a estrita observância ao Decreto Est 21.872/2023 e nº 14.133/202</li> <li>Estabelecer medida de resolução de conflitos através de diálogos, advertências e penalidades por injustificados;</li> <li>Desenvolver procedimentos para lidar com conflitos ou recursos (ouvidoria), buscando resolver as questões de forma técnica e cordial, evitando transformarem em judiciais.</li> <li>Contratada diligente para resolver conflitos que surgem, eventuais de modo a evitar judiciais e consequentes atrasos.</li> </ul>
	Risco de durante a execução do objeto, acontecimentos imprevisíveis <b>majorarem</b> o valor dos insumos utilizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crise no setor de matérias primas;</li> <li>Crises no setor de mão de obra;</li> <li>Catástrofes;</li> <li>Casos fortuitos;</li> <li>Má fé do contratado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Custos adicionais a contratada que podem levar a inexecução do objeto</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratante promover tratativas de negociação para reestabelecer o equilíbrio, com base nas condições do período da obra;</li> <li>Manter uma comunicação transparente e constante entre todas as partes envolvidas na execução do objeto, incluindo contratante, fornecedor e autoridades locais, para evitar mal-entendidos e garantir o cumprimento das obrigações.</li> </ul>
	Risco da Unidade de ensino beneficiada não atender às providências necessárias para a execução da licitação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de espaço físico para alocar os itens do objeto;</li> <li>Falta de estrutura elétrica para suportar os itens do objeto</li> <li>Falta de capacitação dos funcionários quando necessário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no início das atividades em razão da falta de estrutura técnica e operacional</li> </ul>	01	02	02	RB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento próximo, por parte do contratante/se requisitante, das providências a serem adotadas, antes da execução do objeto.</li> </ul>

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE CONTROLE
	Risco de durante a execução do objeto, acontecimentos imprevisíveis <b>impeçam</b> a entrega dos bens, como a interrupção, obstrução ou corte de estradas e pontes em virtude de: - decretação de lockdown e interrupção dos trabalhos; - alagamentos com decretação de estado de emergência e situação de calamidade pública; - estado de sítio decretados pelo Estado ou União. - greve dos caminhoneiros.	Eventos da natureza tais como pandemias, desastres naturais, guerras, ou greve dos caminhoneiros que obstrua as estradas.	<ul style="list-style-type: none"><li>Interrupção da execução do serviço ou fornecimento do produto;</li><li>Atraso na fruição do bem ou serviço;</li><li>Impossibilidade ou atraso de formação dos alunos.</li></ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"><li>Suspensão da execução do contrato se penalização da pelo tempo que evento;</li></ul>
	Necessidade de fornecer equipamento, material ou máquina ofertada pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	<ul style="list-style-type: none"><li>Interrupção da execução do serviço ou fornecimento do produto;</li><li>Atraso na fruição do bem ou serviço;</li><li>Impossibilidade ou atraso de formação dos alunos.</li></ul>	02	10	20	RM	Contratada deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais superiores para aprovação fiscalização sem aumento de custos.
	Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	<ul style="list-style-type: none"><li>Interrupção da execução do serviço ou fornecimento do produto;</li><li>Atraso na fruição do bem ou serviço;</li><li>Impossibilidade ou atraso de formação dos alunos.</li></ul>	02	10	20	RM	Claúsulas contratuais e disposições sobre reequilíbrio econômico-financeiro.

Legenda dos níveis de risco:

verde	Nível de risco baixo
amarelo	Nível de risco médio
laranja	Nível de risco alto
vermelho	Nível de risco extremo

Elaboração:

**Leovídio Bezerra Lima Neto**  
Gerente de Planejamento da Contratação  
Diretoria de Licitação

Setor Responsável:

**Tercyana Norberta de Moura**  
Gerência de Material e Patrimônio- GMAP

Setor Administrativo:

**Maderson Amorim Dantas da Silva**  
Diretor da Unidade Administrativa - UNAD

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE



Nos termos do art. 18 do Decreto estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023 e art. 46, §6º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **APROVO o presente Termo de Referência** cujo objeto consiste na **aquisição de 573.000 (quinhentos e setenta e três mil) placas de tombamento** destinadas à identificação e controle dos bens móveis pertencentes à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/PI, incluindo Escolas, Gerências Regionais e a Sede, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas neste documento, a fim de garantir o pleno desempenho das atividades administrativas e finalísticas realizadas pela Gerência de Material e Patrimônio- GMAP, da Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

**Francisco Washington Bandeira Santos Filho**

Secretário de Estado da Educação

Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 17/10/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **MADERSON AMORIM DANTAS DA SILVA - Matr.3451104, Diretor Administrativo**, em 17/10/2024, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 17/10/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **TERCYANA NORBERTA DE MOURA - Matr.0236728-9, Gerente de Patrimônio**, em 18/10/2024, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **014696412** e o código CRC **8BA38FAF**.